

Quilombolas na Paraíba: uma breve incursão histórica

Danielle Ventura Bandeira de Lima*
Sérgio Batista de Oliveira**

Introdução

A presente abordagem se trata de uma breve narrativa sobre o cotidiano dos escravos no Brasil com ênfase no antigo Norte e atual nordeste. Tal análise permite que se vislumbre, em linhas gerais, a trajetória da escravidão e suas especificidades. Para tanto, iniciar-se-á este estudo a partir do tráfico negreiro justificando a vinda dos africanos ao solo brasileiro, demonstrando como a igreja deu suporte para essa empreitada.

Em seguida, uma análise da economia açucareira se faz necessária, a fim de que se compreenda a relevância dos africanos com seu conhecimento técnico sobre a mesma. As crises, a mineração e a posterior abolição são apontadas como fatos importantes para a compreensão deste estudo.

Por fim, será abordada a formação dos quilombolas como grupos de resistência que permanecem até os dias atuais no território paraibano. Tal análise servirá como ponte para um estudo posterior pautado na análise dos quilombolas nos dias atuais.

Contextualizando a escravidão

Para se analisar os quilombolas na atualidade é preciso que se remeta ao contexto histórico da vinda dos africanos para o Brasil, a fim de que se compreenda sob qual contexto estes chegaram ao território brasileiro e quais as dificuldades que enfrentaram no decorrer dos séculos. Tal contextualização se inicia com uma breve análise do tráfico negreiro até chegar à abolição da escravatura enfatizando a presença dos quilombolas.

Neste contexto, como esta pesquisa se pauta numa compreensão de uma comunidade localizada atualmente na Paraíba, mais precisamente em Paratibe, enfatiza-se, nesta análise, a Província de Pernambuco, uma vez que esta fazia parte do território da mesma.

* Graduada em História, Mestra em Ciências das Religiões pela UFPB e Doutoranda em Ciências da Religião na PUC-Goiás.

** Graduado em Teologia e Mestrando em Ciências da Religião.

No que diz respeito ao início do tráfico negreiro, constata-se que uma data relevante, apontada nos estudos historiográficos, é o ano de 1452; uma vez que se trata do ano em que a coroa Portuguesa autorizou a escravatura com a bênção papal. Tal autorização está documentada nas bulas de Nicolau V, *Dum diversas* e *Divino Amorecom muniti*. Em ambas as bulas, autorizavam-se os portugueses a reduzirem as pessoas africanas à condição de escravas com o intuito de cristianizá-las. Assim, no ano de 1452, o papa Nicolau V autorizou os reis de Espanha e Portugal a escravizar outros povos:

[...] nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades [...] e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes [...].¹

Sobre a legitimação da dominação de terras e de seus habitantes conquistados no continente africano pelos portugueses, o papa Nicolau V, a partir também da bula *Romanus Pontifex Regni Celestis Claviger*, reconheceu a tomada dos territórios africanos ditos descobertos pelo reino de Portugal. No que diz respeito ao posicionamento do Vaticano, Schumacher e Vital Brazil destacam que, apesar de a mesma, inicialmente, manter a neutralidade, foi a partir desta bula que se confirmaria os interesses de Afonso V à cruzada contra os turcos, garantindo o direito de posse das terras africanas, bem como assegurando a posse de Ceutra, subtraída aos mouros.² Tal situação possibilitava tanto o domínio dos mares adjacentes, o direito exclusivo de comércio, pesca e navegação, como também o direito de organizar a administração eclesiástica cristã nos novos territórios. Contudo, se exigia que, aqueles que habitassem Guiné, se convertessem à fé católica e poderiam ser, concomitantemente, capturados, conquistados, subjugados ou lançados à “escravidão perpétua”.

Ainda sobre o tráfico de escravos, pode-se destacar que a Província de Pernambuco, no município que atualmente é chamado Recife, hoje capital do Estado de Pernambuco, teria o grande entreposto para o tráfico interno de escravos no atual Nordeste. Assim, o sertão, o agreste pernambucano e as demais províncias realizariam seu tráfico com a atual capital pernambucana que,

¹ GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. 1452-55: quando Portugal e a Igreja Católica se uniram para reduzir [praticamente] todos os africanos à escravatura perpétua. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/esquecer-jamais/1452-55-quando-portugal-e-a-igreja-catolica-se-uniram-para-reduzir-praticamente-todos-os-africanos-a-escravatura-perpetua-04/08/2009.html>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

² SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

concomitantemente, revenderia uma parcela de sua compra para os atuais Estados do Centro-Sul. Pode-se destacar ainda que, na década de 1860, foi contabilizada a presença, nos cartórios pernambucanos, de trezentas e setenta e duas transações envolvendo escravos. Sobre este número de escravos, Miranda afirma que:

Deste total, cento e sessenta e oito escravos (45,16%) tinham como destino Recife. Todavia, tão somente cento e quatro escravos (27,96%) teriam como origem à cidade de Recife. Contudo, destes cento e quatro escravos com origem em Recife, setenta escravos teriam como destino à própria cidade. Deduz-se então que, enquanto cento e sessenta e oito escravos residiram na capital pernambucana, apenas trinta e quatro escravos (9,14%) seriam vendidos para as demais regiões. Infere-se dos dados uma exorbitante concentração de escravos na cidade de Recife, reflexo de uma alta sociedade residente na cidade em detrimento de uma economia decante nas demais regiões pernambucanas. Neste período foram contabilizadas também dezenove (5,11%) transações relativas a escravos entre outros estados e a cidade de Recife, concluindo que esta cidade seria também um mercado atrativo para os demais estados nordestinos, uma vez que estes possuíam uma economia mais frágil do que a de Pernambuco, como o caso do Maranhão, que após um surto de crescimento econômico no século XVIII em razão das exportações de algodão, entra em crise em decorrência da concorrência com o algodão dos Estados Unidos. Grande parte dos escravos que residiriam na cidade de Recife teriam como incumbência serviços domésticos.³

No que diz respeito à atual região de Pernambuco, a qual possuía a demanda de escravos mais significativa, pode-se destacar a zona da mata. Tal situação se justifica mediante a concentração de engenhos na região que, mesmo já não auferindo os lucros de outrora, ainda era o setor econômico mais desenvolvido da atual região do nordeste. Sobre a quantidade de escravos, Macena destaca:

A região da Mata seria responsável pela compra de cento e sessenta escravos (43,01%), dentre os quais, cinquenta e um (13,71%) seriam oriundos de outros estados. Nota-se, desta forma, o relativo desenvolvimento econômico da Zona da Mata em relação aos demais estados, tendo em vista que tal localidade exportou apenas cinco (1,34%) escravos. A Zona da Mata, em razão da sua necessidade de manutenção da economia açucareira pela utilização do negro, seria um pequeno ofertante de escravos para as demais regiões, tendo vendido apenas setenta (18,82%) para outras regiões.⁴

³ MIRANDA, Mário. *Uma análise sobre o Escravagismo no Estado de Pernambuco entre 1860 e 1880*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. p. 10. Disponível em: <http://vsites.unb.br/face/eco/peteco/dload/monos_022005/mario.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2010.

⁴ MACENA, Hugo Leonardo dos Santos. *Acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas na Paraíba: Uma análise das comunidades do Paratibe, Mituaçú e Pedra D'Água*. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2010. (Monografia)

Sobre os negros escolhidos para serem escravos, pode-se destacar ainda que vieram, especialmente, da Costa do Marfim, de Angola e de Moçambique. A compra destes indivíduos se dava por intermédio de tribos africanas guerreiras, as quais, ao vencerem guerras internas, passavam a vender seus prisioneiros de guerra nos entrepostos portugueses, ou estabeleciam uma relação de troca por produtos trazidos pelos portugueses, como o tabaco, a cachaça, a mandioca e os tecidos.⁵

Com relação ainda a forma com que se dava a escolha do negro escravo, Schumacher e Vital Brazil destacam a célebre obra *Crônicas do Descobrimento e Conquista da Guiné*, do português Gomes Eanes de Zurara, como estudo relevante. Este aponta que “no século XV, assim que atingiam o litoral da África, os europeus escolhiam ao acaso um local considerado mais adequado e lá se instalavam para praticar a ‘caçada humana’”.⁶

Após a chegada dos mercadores europeus ao continente africano, houve a presença de notáveis conflitos entre diversos grupos étnicos. Estes tiveram como consequência a desestruturação de muitas sociedades, facilitando o tráfico negreiro. Desde então, saíram embarcações abarrotadas de pessoas escravizadas nos entrepostos e feitorias estabelecidos ao longo da costa litorânea para as Américas.

Sobre a convivência entre pessoas brancas e negras, alguns estudiosos observam que eram previstas algumas paradas, do mercado ao porto de embarcação. Assim, segundo alguns dados historiográficos, no que diz respeito à chamada árvore do esquecimento, os escravos deviam passar nove vezes, e as escravas, sete, para se esquecerem de sua terra, de sua identidade cultural e de suas lembranças geográficas; como mostra Barbieri:

Neste lugar se encontrava a árvore do esquecimento. Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres sete voltas. Depois disso supunha-se que os escravos perdiam a memória e esqueciam completamente seu passado, suas origens e sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou de se rebelar. Que aberração! Que contradição! Na história humana alguém jamais viu um nagô esquecer suas origens e sua identidade cultural, se ela está tão marcada em seu rosto e tão incrustada em seu coração?⁷

A necessidade de exportação de escravos pelos europeus, ao contrário do que se convém afirmar tradicionalmente, não se deu apenas pela falta de adaptação dos índios, ou seja, dos nativos dessas terras, considerados como ‘preguiçosos’; mas sim porque os africanos detinham conhecimentos tecnológicos fundamentais para

⁵ MIRANDA, 2006.

⁶ SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2007, p. 15.

⁷ BARBIERE, Renato. *Atlântico Negro - Na Rota dos Orixás*. Filme documentário 35MM, 54 min. Itaú Cultural/Videografia, 1998. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=4MCmkQEhPV0>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

o cultivo de cana-de-açúcar, principal mão-de-obra naquele período. É relevante destacar ainda que este desenvolvimento da cana-de-açúcar permitiu o crescimento significativo do número de escravizados africanos desembarcados na colônia, ao passo que a imigração portuguesa estava cada vez mais reduzida.

Ainda sobre a produção canavieira, pode-se destacar que a nordestina, em especial, a pernambucana, é considerada como aquela que detém maior quantia de engenhos e maior parte da produção açucareira nacional. Nesse cenário, tem-se a visível concorrência com o açúcar antilhano, beneficiado por um solo e clima favoráveis nestas ilhas, além de serem os holandeses, detentores do conhecimento do plantio da cana-de-açúcar, aprendido em seu período de estadia no Brasil. Além disso, também há a concorrência da produção de açúcar a partir da beterraba, realizada pelos europeus, e que foi descoberta em fins do século XVII e amplamente produzida em território francês, no ano de 1820, mediante as guerras napoleônicas.⁸ Dessa forma, a partir de 1650, há um visível declínio dos lucros advindos desta produção. Tal fato é descrito por esse autor como sendo decorrente da guerra da Independência de Portugal em relação à Espanha, bem como em razão da invasão e, a *posteriori*, a expulsão dos holandeses do Brasil.

Outro fato marcante que se dá no século XVIII é que, além da produção açucareira, pode-se contar com o lucro oferecido pela mineração. Como é analisado ricamente pela historiografia tradicional, foram encontradas vultosas quantias de minerais no Centro-Sul do Brasil, entre os quais se destaca o ouro de aluvião. Contudo, é relevante ressaltar que tal economia não substituiu a açucareira o que nos faz observar a importância dos escravos nesta economia.

No atual Nordeste, Russel-Wood enfatiza a maneira que a África Ocidental forneceu a maior parte dos escravos tanto no período colonial como também no século XIX, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

África ocidental designava uma extensão que ia do Senegal ao atual Camarões, às ilhas do Atlântico, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, incluindo a região mais importante de todas, integrada pelo Golfo de Benin e pelos portos de tráfico de escravos, compondo o que era frouxamente denominado pelos portugueses como sendo a Costa da Mina. Dentre os numerosos grupos étnicos, o mais proeminente no Brasil colonial foram os yoruba (os nagôs da Bahia e no Rio de Janeiro) e os jeje(do Daomé). Documentos contemporâneos atribuíam a tais escravos as seguintes “nações”: Cabo Verde, Ilha do Príncipe, Calabar, Mina, Haussa, Arda, Ashanti, Tapa (Nupe), Mandinga, Camarão, Ibo, Jabu, Mandubi, Fulani e Bornu.⁹

⁸ MACENA, 2010.

⁹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. *Tempo*, n. 12, p.11-50, 2001. p. 13.

Assim, mediante a necessidade de mão-de-obra específica, observa-se uma grande quantidade de escravos vindos para o Brasil, conforme é destacado abaixo:

Diferentes estudos mostram que entre meados do século XVI e a década de 1850, foram traficados para o Brasil em torno de quatro milhões de pessoas escravizadas, entre congos, angolas, benguelas, caçanjes, minas e outros indivíduos provenientes dos mais diversos povos e grupos etnos que habitavam as vilas, cidades e regiões do continente africano. [...] ¹⁰

Tal situação perdurou até o século XIX, quando nos anos de 1830, o tráfico tornou-se ilegal. Segundo dados historiográficos, a população cativa normalmente aportava em cidades brasileiras como Belém, São Luis do Maranhão, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá e nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em fins de 1830, segundo os dados analisados por Schumacher e Vital Brazil, estavam 186 homens e 39 mulheres entre os cativos transportados pelo navio Brilhante. A autora observa ainda que, na escuna Feliz, estavam 130 africanos e 37 africanas. Outro dado igualmente interessante é que, no ano de 1843, apesar do tráfico ter sido legalmente proibido no Brasil, tem-se notícias de que, no Rio de Janeiro, aproximadamente três quartos dos africanos desembarcados ilegalmente eram homens, dos quais a metade tinha entre 10 e 20 anos de idade. Constata-se ainda que, mesmo diante da interdição oficial do comércio humano através do Atlântico, grande número de meninas e jovens africanas continuaram sendo transportadas para o solo brasileiro. ¹¹

No que diz respeito à abolição da escravidão, grande número de estudos comprovam que esta significou apenas uma melhoria muito limitada na qualidade de vida da população negra, que, com restritas exceções, permaneceram à margem da sociedade, ocupando espaços socialmente periféricos, tanto no meio rural, como também nas cidades. ¹²

Macena destaca ainda as campanhas abolicionistas que tiveram repercussão em todo país, de tal forma que, após a antiga província do Ceará ter sido pioneira na abolição da escravatura, em 25 de março de 1884, na Paraíba, o município de Areia aboliu a escravidão em 03 de maio de 1888. ¹³ Nesse contexto, estão inseridos os quilombolas como movimento de luta e resistência.

No caso específico da Paraíba, destaca-se a presença atual de trinta comunidades certificadas. Tais comunidades estão presentes nos atuais municípios de: Santa Luzia, Gurinhém, Ingá, Alagoa Grande, Conde, Cajazeirinhas, Riachão do

¹⁰ SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2007, p. 15.

¹¹ SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2007, p. 29.

¹² MACENA, 2010.

¹³ MACENA, 2010.

Bacamarte e João Pessoa. É válido ressaltar que, das 30 comunidades certificadas, apenas três estão no processo de construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) avançado; são elas: Pedra D'água, Matão e Engenho Bonfim.

Enfim, no presente texto, tem-se uma breve explanação sobre o contexto histórico da presença de pessoas africanas escravizadas no Brasil, com ênfase no Nordeste, e, mais especificamente, na Paraíba; que, como já foi visto, até o século XIX, esteve anexada a Pernambuco. Tal contextualização dará suporte para que se compreenda quem foram os quilombolas, destacando o caso específico de Paratibe.

Considerações finais

A presente abordagem realizada permite que se tenha um estudo da presença dos africanos em território brasileiro. Tal estudo nos faz refletir sobre como se deu este processo, quais as dificuldades por eles vivenciadas que culminam na formação dos primeiros quilombolas. Essa reflexão permite ao leitor que se observe a relevância do trabalho dos escravos e a maneira como este foi fundamental para a economia do país, e, principalmente, a análise do caso específico da província de Pernambuco. A função desta análise é oportunizar àqueles que se voltam para esta temática um apanhado histórico geral deste conteúdo tão debatido por pesquisadores de várias áreas do conhecimento, em especial, da história e da sociologia.

Referências

BARBIERE, Renato. *Atlântico Negro - Na Rota dos Orixás*. Filme documentário 35MM, 54 min. Itaú Cultural/Videografia, 1998. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=4MCmkQEhPV0>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. 1452-55: quando Portugal e a Igreja Católica se uniram para reduzir [praticamente] todos os africanos à escravidão perpétua. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/esquecer-jamais/1452-55-quando-portugal-e-a-igreja-catolica-se-uniram-para-reduzir-praticamente-todos-os-africanos-a-escravatura-perpetua-04/08/2009.html>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

MACENA, Hugo Leonardo dos Santos. *Acesso às políticas públicas pelas comunidades quilombolas na Paraíba: Uma análise das comunidades do Paratibe, Mituaçu e Pedra*. D'Água. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2010. (Monografia)

MIRANDA, Mário. *Uma análise sobre o Escravagismo no Estado de Pernambuco entre 1860 e 1880*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <http://vsites.unb.br/face/eco/peteco/dload/monos_022005/mario.pdf>. Acesso em: 27 de dez.2010.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial*. Tempo, n. 12, p.11-50, 2001.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SILVA, José Antonio Novaes da. *Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola do Estado da Paraíba*. INCRA-PB possui 23 processos de regularização de comunidades quilombolas em andamento, Paraíba 2001: Disponível em: <<http://www.wscom.com.br/noticia/paraiba/INCRAB+23+PROCESSOS+DE+REGULARIZAO+-97192>>. Acesso em: 25 dez. 2010.

[Recebido em: dezembro 2010 e
aceito em: maio 2011]

Quilombolas na Paraíba: uma breve incursão histórica

Resumo

A análise do presente artigo se pauta num estudo voltado para a escravidão no Brasil destacando, especialmente, a Província de Pernambuco, da qual fazia parte o atual território da Paraíba. Este estudo servirá de base para que se compreenda a posterior formação dos quilombos como movimento de resistência dos escravos. Para tanto, uma pesquisa bibliográfica dedicada a esta temática permitirá que se fundamente esta pesquisa possibilitando um conhecimento geral sobre a referida temática que provavelmente dará base para aqueles que desejam se dedicar com maior intensidade para o estudo dos quilombolas, já que para isso é relevante que se tenha uma compreensão geral do que foi a escravidão no Brasil e a sua relevância para a economia açucareira.

Palavras-chave:

Escravidão. Quilombolas. Paraíba.

Quilombolas in Paraíba: a short historical approach

Abstract

The analysis of this article is guided by a study on slavery in Brazil, highlighting especially the province of Pernambuco, which involved the present territory of Paraíba. This study will provide the basis to understanding the subsequent formation of quilombos as a resistance movement of slaves. To this end, a literature devoted to this subject will allow the access to a general knowledge on that topic that likely will be the base for those who wish to engage more intensively to the study of the quilombolas. In order to do that it is relevant to have an understanding of what was slavery in Brazil and its importance to the sugar economy.

Keywords:

Slavery. Quilombolas. Paraíba.